



27/04/04
Assessoria de Plenário

RQ 1166/2004

REQUERIMENTO N 2004
(Deputado Chico Vigilante - PT)

Protocolo Legislativo para registro e, em

seguida, à ASSP.
Em 24/04/04

Requer a realização de debate sobre o tema Reforma Sindical, no dia 26 de maio de 2004.

Paulo Roberto Guimarães de Castro
Chefe de Assessoria de Plenário

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de debate sobre o tema Reforma Sindical, no dia 26 de maio de 2004 às 10 horas, no auditório desta Casa.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RA Nº 1166/04
Fls. N.º 01 RITA

JUSTIFICAÇÃO

A necessidade de tornar as leis e instituições do trabalho mais compatíveis com a nova realidade econômica, política e social do país, de maneira a favorecer a democratização das relações do trabalho e a criar um ambiente propício à geração de empregos de melhor qualidade e à elevação da renda da população, colocou a discussão sobre a reforma sindical e trabalhista na ordem do dia.

Como avalia o documento do Fórum Nacional do Trabalho (*in*: www.adufrj.org.br), "no curso da última década ocorreram mudanças importantes no parque produtivo nacional, sob o impacto das diretrizes de política econômica e dos processos de reestruturação empresarial. As transformações observadas na estrutura produtiva, em meio à acirrada concorrência internacional, a estagnação econômica e o declínio da capacidade de gasto público nas várias esferas de governo afetaram a geração de emprego e a qualidade da inserção ocupacional. De um lado, houve um aumento dramático do desemprego e da informalidade, com a estagnação dos rendimentos do trabalho e a piora na distribuição de renda. De outro lado, a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais em vários setores foi acompanhada pela difusão de novos processos de produção e de novas modalidades de contrato de trabalho.

"As informações disponíveis mostram que o crescimento do nível de ocupação foi insuficiente para absorver o contingente de trabalhadores em

Assinatura



busca de emprego no período de 1989 a 2001. A taxa de desemprego passou de 6,54% em 1992, correspondente a 4,6 milhões de desocupados, para 9,4% em 2001, ou 7,8 milhões de desocupados. Registrou-se uma queda progressiva nos empregos formais e por tempo indeterminado e cresceu muito o número de trabalhadores temporários, em tempo parcial, terceirizados e informais, em especial os empregados sem registro em carteira de trabalho. Até na indústria de transformação, em que é elevada a formalização do emprego, houve um aumento do número de empregados sem registro em carteira e de autônomos que não contribuem para a previdência social - sua participação no conjunto de ocupados do setor passou de 27% para 31% entre 1991 e 2001.

“A ampliação da informalidade esteve associada a uma combinação de fatores, tais como o desenvolvimento de novas formas de produção e de relações de trabalho que aumentaram o contingente de autônomos, por exemplo, por meio do processo de terceirização; o crescimento diferenciado da ocupação em setores com maior grau de formalização, como a indústria de transformação, e em setores com menor grau de formalização, como os serviços e o comércio; e outros fatores associados à seguridade social e à legislação trabalhista, em um cenário de estagnação econômica e de deterioração social.

(...)

“Esse ambiente de deterioração quantitativa e qualitativa do emprego e da renda e de disseminação simultânea de novas formas de ocupação tem posto em xeque a efetividade do atual sistema de relações de trabalho, sobretudo no caso da vigência das leis trabalhistas, do alcance da negociação coletiva e dos instrumentos de solução de conflitos. O arcabouço jurídico-institucional que regula o trabalho no país tem-se revelado insuficiente para equacionar os problemas estruturais do mercado de trabalho, ainda que não se possa atribuir à legislação sindical e trabalhista a responsabilidade pelo surgimento e disseminação de tais problemas.”

É importante que a Câmara Legislativa acompanhe esse debate, a fim de avaliar e propor políticas públicas consentâneas com a realidade nacional e local, razão pela qual requeremos a sua realização.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2004.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 1166/04
Fls. N.º 02 RITA


Deputado Chico Vigilante